

Sobre a concepção de vinculação

JORGE BENTO PINTO (*)

I. INTRODUÇÃO

A infância volta a estar novamente no centro das atenções de muitos psicólogos e das pessoas em geral. Muitas razões contribuíram para este interesse renovado, mas limitar-nos-emos a enunciar algumas que particularmente nos interessam.

1. Tem-se acentuado, nos últimos tempos, a importância do estudo do desenvolvimento como possibilidade de nos fazer entender melhor o comportamento no seu geral. Para tal, uma parte substancial do estudo recai sobre a criança, não a da idade pré-escolar e escolar, mas da criança bebé.

Este novo olhar sobre a criança, assente em estudos rigorosos, vem trazer, à luz do dia, factos que nos obrigam a rever concepções anteriores. É o caso da constatação de que o bebé possui um aparelho perceptivo já com uma certa organização, embora distinto do do adulto. Um outro facto evidenciado foi o de o bebé nascer com uma aptidão para participar em sequências comportamentais interpessoais de vários tipos.

Por exemplo: a resposta de sucção é organizada em micro-ritmos de alta sequência,

o que tem uma importância grande para o contacto com o outro. Ela surge como parte de um diálogo interpessoal, embora tenha sido sobretudo estudada isoladamente.

Um outro aspecto extremamente interessante é a transformação do bebé (que, na concepção clássica, seria um ser apenas biológico) em ser social no curto período do primeiro e segundo anos de vida, através da capacidade de utilização de uma «linguagem» eficaz na relação com o outro. Tal como Schaffer evidencia⁽¹⁾, este desenvolvimento da sociabilidade tem uma grande importância no desenvolvimento cognitivo do bebé.

Assim, se o bebé (e a criança) é um ser actuante, que interage com os outros, a concepção clássica de «infância», como etapa para a vida adulta, deve ser abandonada⁽²⁾, e passar a ser entendida como uma realidade e uma época em si mesma, quer para os

(1) Schaffer, H. R. (1971), *The Growth of Sociability*, Penguin Books, Londres.

(2) Esta concepção predomina em muitas creches, onde os bebés, até à idade de um ano, passam a maior parte do tempo deitados, e o trabalho do adulto com eles resume-se a evitar o contacto de uns com os outros...

(*) Docente no ISPA.

bebés, quer para os pais, onde se podem cruzar sentimentos como a alegria, o amor, a realização, a frustração, a raiva e a exaustão.

Esta socialização da criança implica a sua ligação aos membros do seu grupo social. Assim, a ligação particular do bebé com a mãe⁽³⁾, pela sua importância neste processo, tem sido objecto de amplo estudo. Esta ligação, que atinge a sua forma mais expressiva por volta do primeiro ano, designa-se por *dependência, relações objectais* ou *de vinculação*. Cada um destes conceitos está mais ou menos ligado a uma formulação teórica da origem do desenvolvimento das relações sociais precoces.

O conceito de dependência está ligado principalmente às correntes behavioristas, embora este termo também seja utilizado pelos psicanalistas para caracterizar as relações pré-objectais da criança. O conceito de relações objectais está ligado à teoria psicanalítica do instinto. O termo «vinculação» está ligado a autores pós-freudianos, como J. Bowlby, e que referem estas relações específicas — em que existe um laço afectivo com o outro — do bebé com a mãe.

A maneira de entender a vinculação não é a mesma para todos aqueles que a têm estudado, o que tem originado controvérsias importantes, as quais contribuem para um melhor esclarecimento quer dos pontos de vista, quer dos factos em si.

2. Os diferentes pontos de vista sobre a vinculação — função, desenvolvimento e quebra — estão ligados às diferentes concepções sobre o desenvolvimento da criança.

O objectivo que nos propomos consiste em traçar um quadro desses diferentes pontos de vista sobre a vinculação, salientando a evolução na compreensão dos factos.

(3) Neste texto, o termo «mãe» não se refere à mãe biológica, mas à pessoa que dispensa cuidados ao bebé (*caretaker*).

II. ALGUMAS CONCEPÇÕES SOBRE A CRIANÇA E O SEU DESENVOLVIMENTO

Para William James, o bebé significava confusão e falta de organização. Para Freud, o bebé seria sensível a alguns tipos de experiências consoante as idades, mas a personalidade futura jogar-se-ia na infância. Para Watson, a criança era um ser passivo, em que tudo seria moldado a partir do mundo exterior — o desenvolvimento seria um processo de sentido único.

Este sentido único era também defendido por Gessel, mas de maneira inversa — tudo era devido à maturação. Tudo o que a criança poderia ser já lá estava, e emergiria segundo uma determinada ordem, de acordo com a idade.

Numa outra perspectiva surgem as abordagens cognitivistas, que estabeleciam como hipótese a existência de estruturas centrais de suporte e de estímulos externos, os quais determinariam a forma, a direcção e a sequência do desenvolvimento. A criança já não é vista como estando mecanicamente presa quer à sua maturação, quer ao estímulo-resposta, mas como um ser que toma parte activa na sua experiência.

Uma das teorias mais completas a este respeito é a de Piaget. No entanto apesar de reconhecer a importância do ambiente, Piaget trata-o como uma constante, isto é, como uma entidade abstracta, mais ou menos igual para todos os sujeitos da mesma idade. É curioso notar, sobre este ponto, a posição da Wallon, contemporâneo de Piaget, que dá uma ênfase muito maior ao papel do meio social, meio este que se sobreporia a um meio apenas físico⁽⁴⁾.

(4) «E a maturação do seu organismo que permite à criança ter, com o ambiente, as relações recíprocas que são a base da sua existência. Este ambiente é, para a criança, um ambiente social», in «Les étapes de la sociabilité chez l'enfant», *Enfance*, Maio-Outubro, 1959.

Vemos, assim, que existe um leque variado de formas de entender a criança e o seu desenvolvimento, o que inevitavelmente irá conduzir a diferentes modos de encarar a natureza e a função do comportamento de vinculação. É o que abordaremos no capítulo seguinte.

III. A VINCULAÇÃO — PRINCIPAIS CONCEPÇÕES

1. *Correntes behavioristas*

O primeiro conjunto de hipóteses pressupõe que a ligação criança-mãe seria uma *aprendizagem secundária*, realizada no contexto da dependência da criança em relação à mãe. Este conjunto de hipóteses pode ser desdobrado em duas concepções relacionadas com as teorias da aprendizagem social, ou com as teorias do condicionamento operante. Para as primeiras, a ligação mãe-bebé tem origem no estado de irremediável dependência desta fase a uma figura que lhe assegura a gratificação das necessidades fisiológicas básicas. É a mãe que habitualmente reduzirá essas tensões, e, assim, o bebé adquire o «impulso»^(*) de estar perto da mãe e de procurar a sua atenção. Durante a aprendizagem, novos comportamentos se vão juntando aos comportamentos de dependência através dos quais o impulso é expresso. Estas manifestações incluirão não só a procura de proximidade e contacto físico, mas também a procura de atenção, ajuda e aprovação. A extensão deste comportamento de vinculação a outras pessoas não será mais do que a generalização deste impulso inicial. No entanto, Dollard e Miller referem que estes impulsos secundários ficariam ligados para sempre às suas raízes de origem. Allport, no entanto, afirma que o

comportamento de ligação (*relationship*) bebé-mãe é bastante complexo, e que a procura de ajuda e aprovação não reflectem as mesmas bases intra-orgânicas que a procura de proximidade e de contacto, sendo, por outro lado, da mesma natureza as relações que o bebé estabelece com a mãe e com outras pessoas.

Aqueles que entendem a ligação bebé-mãe através do condicionamento operante, concordam em que a vinculação seria um rótulo conveniente para certas formas de comportamento aprendido. Assim, a relação com a mãe seria controlada por estímulos exteriores. A um determinado estímulo (comportamento da criança) corresponderia uma resposta da mãe, o que constituiria um reforço para o bebé. A função da mãe consistiria em fornecer ao bebé reforços positivos. Deste modo, a mãe tornar-se-ia progressivamente num estímulo com características reforçantes, o que fortalecerá o comportamento operante.

Estas posições têm sido, no entanto, contestadas a vários níveis:

- a. Estudos em pássaros mostraram que esta ligação é formada na ausência de qualquer forma de gratificação física;
- b. As experiências de Harlow^(*) com macacos mostraram que as reacções contacto-conforto são essenciais para o estabelecimento desta relação, e mesmo mais importantes que a satisfação das necessidades primárias, nomeadamente a alimentação;
- c. Muitas crianças formam relações com outras pessoas que não participam nas rotinas de manutenção da criança;
- d. Quando a criança está visceralmente excitada ou com fome, a sua atenção aos estímulos externos é baixa;

(*) *Drive*, em inglês.

(*) «A Natureza do Amor», Harlow, in L. Soczka (org.), *Ligações Infantis*, L. Bertrand, Lisboa, 1976, 79-104.

- e. Como explicar que a punição parental possa fazer fortalecer este comportamento?;
- f. Os reforços que são positivos para um bebé, podem não o ser para outros;
- g. Como explicar as respostas novas, muitas vezes imprevisíveis, do bebé?

2. Teoria psicanalítica (relações objectais)

A posição psicanalítica sobre esta questão é um pouco ambígua, uma vez que enquanto alguns teóricos se aproximam das concepções atrás descritas — a relação mãe-criança seria um processo secundário —, para outros esta concepção não seria tão nítida.

O conceito de relações objectais, no entanto, está ligado à teoria psicanalítica do instinto. O objecto de um instinto é o agente através do qual o objectivo instintual é alcançado, e considera-se que o primeiro objecto da criança é a mãe. De acordo com a teoria dos instintos de Freud, um impulso instintivo tem uma origem e um fim geneticamente determinados, e será pouco influenciado por variações ambientais, apesar de o objecto poder variar segundo circunstâncias ambientais.

Apesar de Freud, em 1905, ter especificado que o primeiro objecto de amor da criança é o seio materno, só mais tarde reconheceu o significado da relação duradoura da criança com a mãe, atribuindo-lhe então um fundamento filogenético.

Embora a teoria psicanalítica concedesse importância e significado à relação mãe-criança, tal não era muito explícito, o que contribuiu para o aparecimento de divisões entre os adeptos desta teoria acerca das origens e desenvolvimento desta relação.

a) Há, assim, alguns psicanalistas que, defendendo a variabilidade dos objectos de instinto, afirmam que a criança adquiriu a mãe como objecto através do seu estado de dependência. Estes enfatizam o desenvolvimento das relações objectais no contexto do

desenvolvimento das funções do Ego. O bebé é, à nascença, um organismo quase totalmente indiferenciado. A sua experiência varia entre graus de relativa tranquilidade e de tensão. Durante o primeiro ano, o bebé vai atravessar três estádios — dum estádio indiferenciado e sem objecto, em que a energia libidinal é contida e investida em si próprio, até ao estádio das verdadeiras relações objectais. O desenvolvimento destas está intimamente ligado ao desenvolvimento do Ego, dependente, por conseguinte, da aquisição de estruturas cognitivas que não existiam no nascimento.

b) Outros autores — como Ferenczi e a escola húngara de psicanálise — defendem, no entanto, a existência das relações objectais desde o início. Melanie Klein afirma: «a satisfação está tão relacionada com o objecto nutriente como a alimentação em si mesma»⁽¹⁾. Alice Balint salientou também o instinto de preensão e abraço como elemento importante desta relação objectal inicial, em que o bebé desempenha alguma actividade nesta ligação.

Apesar destas várias concepções, por vezes algo ambíguas, pode afirmar-se que, para a psicanálise,

- os componentes libidinais começam a orientar-se para o próprio corpo;
- as crianças se ligam de uma forma secundária à mãe (embora, nesta formulação, tal não seja tão claro);
- as condutas sociais encontram a sua energia na libido, o que parece remeter para um processo secundário.

Primeiro existe a criança, com necessidades ou instintos, depois existe a mãe, que lhe satisfará as necessidades e assegurará o

⁽¹⁾ Ainsworth, M., «Relações Objectais, Dependência e Vinculação; uma Análise Teórica das Relações da Criança com a Mãe», in L. Soczka (org.), *Ligações Infantis*, L. Bertrand, Lisboa.

seu bem-estar. Secundariamente, a criança descobre que a fonte ou o meio de satisfação dos instintos é o outro — a mãe. Assim se estabelecerá uma relação entre a criança e a mãe.

No entanto, as concepções até aqui abordadas não explicam cabalmente estas relações. Se é certo que a alimentação ou os cuidados dispensados podem ter importância, não é possível estabelecer uma relação directa entre cuidados físicos e ligação mãe-criança. Schaffer, Peggy e Emerson⁽⁸⁾ testaram esta associação medindo a intensidade de ligação de crianças de 18 meses com as mães. Esta intensidade era relacionada com medidas de rigidez na alimentação, idade do desmame, duração deste período, idade em que começou o treino e severidade do respectivo treino. Não verificaram qualquer relação significativa, sucedendo que, muitas vezes, as crianças tinham rante. Para as primeiras, a ligação mãe-fortes ligações a pessoas que não participavam nos cuidados de rotina. É, pois, pouco provável que a formação desta relação surja no contexto da alimentação, no sentido que a psicanálise lhe confere.

A alimentação pode ser importante na medida em que é um acto interactivo, como Schaffer refere⁽⁹⁾. Mas poder-se-ia argumentar que não seria a alimentação considerada isoladamente, mas inserida num contexto mais vasto das atitudes parentais — o que reenviaria, então, para a noção de «meio» em que a criança vive.

Realizou-se, nos anos cinquenta, uma série de estudos com o objectivo de medir as atitudes parentais e, em seguida, as relacionar com o comportamento da criança. As práticas parentais eram classificadas segundo parâmetros como: calor-frieza, permissividade-rigidez, amor-hostilidade, controlo-autonomia, etc. Não se conseguiram

encontrar, no entanto, relações significativas entre atitudes parentais e comportamentos das crianças. Mais tarde, estes questionários vieram a revelar-se metodologicamente insuficientes na abordagem desta questão, pelo que têm vindo a ser abandonados.

3. *Abordagem etológica das relações mãe-criança*

Os etólogos, através da observação de animais em condições naturais, nunca defenderam que as exigências fisiológicas pudessem determinar, por si sós, os sistemas primários do comportamento.

Verificaram, pelo contrário, a existência de comportamentos mais ou menos independentes das necessidades fisiológicas, e cuja função era essencialmente social: assegurar a integração e cooperação entre congêneres. Uma vez que este comportamento não era aprendido, deveria ter bases biológicas que só poderiam ser percebidas num contexto evolutivo. E se, por um lado, existe uma grande plasticidade nos comportamentos humanos, dependente dos contextos, por outro lado, os psicólogos e psicanalistas começaram a interrogar-se sobre se não haveria também alguns sistemas de comportamento relativamente estáveis — como os instintos — que sirvam para reduzir o risco durante o período da imaturidade. Registou-se então uma certa aproximação, na concepção da ligação mãe-criança, relativamente ao *imprinting* observado em aves. Estes comportamentos teriam um «resultado predizível» de conduzir a criança e a mãe a uma mais estreita proximidade, quer através de sinais que atraíam a mãe, quer através da própria actividade desta.

4. *Modelo de John Bowlby*

Em 1958 surgiram dois artigos que «revolucionaram» a psicologia do desenvolvi-

(8) Schaffer, R. (1980), *Mothering*, Fontana, Glasgow.

(9) Schaffer, R. (1971), *The Growth of Sociality*, Penguin Books, Londres.

mento, e particularmente a concepção da ligação mãe-criança.

Um é o artigo de Harlow, *The Nature of Love*, em que o autor demonstra, pela primeira vez, a independência da relação bebê-mãe face à alimentação. O outro é *A Natureza da Ligação com a Mãe*, no qual John Bowlby procede a uma revisão dos trabalhos sobre esta matéria. No XXI Congresso de Psicanálise, em 1959, defende a sua nova concepção e propõe que a relação mãe-criança passe a designar-se por «vinculação» (*attachement*), significando um afecto específico dum indivíduo para com outro. A primeira ligação é geralmente estabelecida com a mãe, podendo, no entanto, estender-se a outras pessoas. Uma vez formada, essa ligação perdurará. Na sua concepção, Bowlby tentou actualizar as concepções psicanalíticas com os dados recentes da etologia, realizando o que seria, segundo alguns, a intenção de Freud.

Para o seu modelo mais elaborado (1969), baseia-se nas concepções etológicas de Hinde, que alia o estudo do comportamento animal à cibernética, e também nas observações e experiências sobre a relação mãe-criança, que se estabelecem independentemente da alimentação, salientando a sua duração e importância para as relações sociais do indivíduo.

A sua tese é a seguinte: a vinculação do bebé à mãe tem origem num certo número de sistemas de comportamento característicos da espécie, relativamente independentes uns dos outros no início, os quais, emergindo em tempos diferentes, se tornam organizados em relação à mãe — objecto principal — e servem para uma ligação mútua entre a criança e a mãe.

Estes sistemas de comportamento, segundo Bowlby, seriam cinco: sugar, agarrar, seguir, chorar, sorrir.

Podemos distinguir, na concepção de Bowlby, um aspecto causal — activação dos sistemas de comportamento tendo na proximidade a figura materna — e um aspecto

funcional — retomando aqui a concepção de Freud segundo a qual a relação da criança com a mãe encontraria a sua origem na protecção contra os predadores.

Por analogia com o comportamento animal, o comportamento de vinculação seria instintivo; no entanto, isto não significa que fosse herdado — o que é herdado é um *potencial para desenvolver sistemas comportamentais, cuja natureza e forma podem diferir dentro de certos limites, de acordo com os diversos meios em que se processa o desenvolvimento*. Bowlby é dos primeiros autores a referir a reciprocidade, e a entender este comportamento como uma interacção, pelo menos do ponto de vista teórico. Afirma igualmente que os comportamentos da mãe são instintivos, ao mesmo tempo que são descritos como intencionais ou «dirigidos para um fim». Nos seres humanos, o fim previsível é a proximidade da mãe.

Para Bowlby, os sistemas de comportamento nos seres humanos podem ser coordenados em sequências e «corrigidos quanto ao objectivo», em lugar das cadeias de padrões de acção fixa. Esta organização é regulada por um plano com um objectivo, em que este seria proteger o bebé do perigo, deste modo, o comportamento previsível seria a proximidade relativamente à mãe.

Ora, durante o primeiro ano de vida, o bebé não desenvolve as estruturas cognitivas necessárias à elaboração desse plano. Este seria organizado em sistemas de acção fixa e respectivas cadeias, para só a partir do segundo ano ser mais complexo e, também, mais maleável.

O afecto e a emoção são vistos, na teoria de Bowlby, como processos de avaliação, fornecendo um terreno, para o processo de recepção da informação, e comportamento subsequentes. Esta concepção de vinculação tem em conta uniformidades intra-específicas, bem como os desvios que, não sendo adaptativos, constituem a base para possíveis formas de patologias.

Bowlby dá também um grande contributo ao definir operacionalmente, em termos de comportamento observáveis, todas as questões relativas à vinculação. Assim, a sua definição operacional de vinculação é a seguinte: quando várias respostas, no repertório comportamental, ficam organizadas num sistema que é dirigido e corrigido em função de um objectivo — procura e manutenção duma proximidade espacio-temporal relativamente à mãe.

O aparecimento e organização destes comportamentos são, para Bowlby, função de um desenvolvimento em quatro fases:

Fase 1 — O bebé não se orienta nem emite sinais para uma figura específica;

Fase 2 — o bebé discrimina figuras, orienta-se e emite sinais para essas figuras;

Fase 3 — o bebé elege uma figura, tentando manter a sua proximidade através, quer da locomoção, quer de sinais para essa figura específica;

Fase 4 — regista-se a formação de uma relação específica e recíproca com uma figura.

Há toda uma série de comportamentos indicadores de que a vinculação está formada, tais como: seguir a mãe e usá-la como base nas suas explorações: verificar regularmente onde está; recorrer a ela quando está com medo; tranquilizar-se com a presença da mãe; tocá-la no seu corpo, etc.

Múltiplas observações indicam que a maior parte das crianças formam as suas primeiras vinculações entre os 6 e os 12 meses, sendo isto evidenciado por dois indicadores: o prazer pelo aparecimento da mãe, e o desgosto nela sua partida, o qual só é aliviado pelo seu regresso.

O comportamento de vinculação da criança é mediado por sistemas de comporta-

mento que, uma vez completamente desenvolvidos, terão como objectivo fixo a proximidade da mãe. Esta proximidade é assegurada pela acção conjunta de comportamentos agrupados em três classes: orientacionais (vista e som), sinaléticos (choro, sorriso, balbuceio), e executivos (gestos, seguir, agarrar). Quando a distância ideal se quebra, estes comportamentos são activados até a distância correcta ser restabelecida.

Mas a manutenção desta distância implica obviamente o «outro» — que será a mãe na maior parte das vezes. Uma questão importante é a de saber o que leva também a mãe a procurar esta proximidade e a responder ao seu bebé.

Bowlby sugere, acerca desta questão, que é muito provável que a mãe tenha uma tendência para responder ao filho devido ao seu estado hormonal pós-parto. Seria possível que este a predispusse a responder especialmente aos estímulos vindos do bebé. Parece-nos, no entanto, que esta posição é pouco consistente, uma vez que outras pessoas (nomeadamente o pai) são capazes de mostrar quer uma responsividade, quer uma eficácia nos «cuidados maternos», semelhantes às da mãe⁽¹⁰⁾.

O desenvolvimento da vinculação, segundo as quatro fases descritas por Bowlby, seria universal. Consideram, no entanto, que podem ocorrer variações de bebé para bebé quanto à ocorrência e duração das fases ou quanto ao modo de ligação. Assim, Bowlby distingue entre crianças seguramente vinculadas (que podem assumir formas diferentes: polarizadas e simbióticas) e crianças ansiosamente vinculadas.

Esta última forma de vinculação parece não cumprir os objectivos «inscritos no programa». Isto poderá ser consequência das condições do meio: separações precoces,

⁽¹⁰⁾ Bowlby, John (1981), *Attachment and Loss*, vols. I, II, III, Penguin Books, Londres.

pouca ligação da mãe, ansiedade da mãe, a qual seria transmitida à criança.

Para Bowlby, o tipo de experiência que a pessoa teve nas suas primeiras vinculações e o tipo de competência que atingiu em aperceber-se das metas orientadas de outrem (e em harmonizar isso com os seus próprios objectivos) terá, de uma maneira muito estreita — quase determinista — uma relação com o seu sucesso em manter a proximidade e a comunicação com novos objectos de vinculação.

Bowlby é, de certo modo, um defensor dos períodos sensíveis, em que tudo se joga no início e num determinado período, sendo cruciais as primeiras experiências. Para isto contribuem, claramente, as influências dos discursos psicanalítico e etológico — embora os próprios etólogos se proponham, hoje, abandonar tal concepção de período crítico.

O modelo de Bowlby é, no entanto, passível de algumas críticas. A concepção de períodos sensíveis, em que os comportamentos de vinculação seriam activados de forma decisiva, mesmo irreversível, parece-nos discutível. Até os etólogos põem em questão que, mesmo para os animais, se possa falar em comportamentos de tudo ou de nada. Verifica-se que os limites destes períodos sensíveis não são imutáveis e podem alargar-se.

Como refere Schaffer⁽¹⁾, as aprendizagens que ocorrem nestes períodos não são imediatas e permanentes, ao contrário do que se julgava. Esta teoria tem também dificuldade em esclarecer as mudanças de objecto de *attachement* com a idade. Porquê considerar a primeira vinculação como principal e especial em relação a todas as outras? Como se passa desta relação para as com os outros membros da família ou com os companheiros de escola?

⁽¹⁾ Schaffer, R. (1980), *Saber Ser Mãe*, Moraes, Lisboa.

Outras questões poderiam ser levantadas; no entanto, a explicação do *attachement* em termos de sistemas de auto-regulação com o objectivo da manutenção da proximidade parecem-nos não responder de forma eficaz a estas questões.

Em relação à função do *attachement* no sentido da protecção contra os predadores, tal parece também improvável, pois implicaria uma raiz filogenética e uma actualização em termos genéticos.

Para Bowlby, a vinculação é definida em termos de busca de proximidade; além disso, a noção de *attachement* vai desde a relação criança-mãe, até à de adulto-mãe. Será que a proximidade significa o mesmo para a criança e para o adulto? Certamente que não, e vemos que ela pode ir desde a proximidade espacial aos modelos simbólicos de relação. E o significado da relação será o mesmo? Parece-nos que não.

Em suma: se a vinculação — e, em particular, a vinculação mãe-criança — assume uma função, não nos parece que seja de protecção contra os predadores.

No entanto, e apesar das críticas que se podem tecer a Bowlby, este contribuiu de forma marcante para uma viragem neste terreno, quer pelo seu modelo, quer pelas vias que abriu — nomeadamente ao encarar o comportamento de vinculação do bebé humano num contexto evolutivo e comparável a comportamentos «semelhantes» noutras espécies, sem minimizar a complexidade e flexibilidade nos humanos. Ao salientar que a meta orientadora é essencialmente a mesma — ainda que os meios difiram de espécie para espécie —, o modelo de Bowlby é já, de certo modo, interactivo: o equipamento inicial do bebé estaria geneticamente programado e desenvolver-se-ia através da sua interacção com o ambiente.

No entanto, Bowlby ora põe ênfase na mãe ora encara esta como um elemento do ambiente. A mãe nunca é vista como um ser tão interactivo como o bebé, e que tam-

bém ela se empenha na construção da relação.

5. *A vinculação afectiva como um comportamento de socialização — perspectivas actuais*

À concepção de que o desenvolvimento seria uma simples integração dos comportamentos iniciais em sistemas cada vez mais complexos (que parece ser a concepção de Bowlby), vem contrapor-se uma outra. O desenvolvimento é hoje concebido à luz de dados recentes, como mudanças na organização dos sistemas, quer do sujeito (p. ex., o bebé), quer do «outro» que está em interacção com ele (p. ex., a mãe).

Não há, assim, nenhuma razão para conceber um sujeito activo e um objecto passivo, pelo que os comportamentos de vinculação podem ser entendidos também desta maneira.

Por outro lado, há como que uma tentativa de alargamento da noção de vinculação. Não se referindo apenas a uma relação específica com uma única figura, mas a todas as relações que a criança estabelece com outros membros do seu grupo e que tenham um carácter permanente.

Considerando estes dois paradigmas, podemos situar os componentes de vinculação no contexto da socialização, indispensável à sobrevivência da espécie. Para que a criança se ligue ao outro, é necessário que distinga o mundo dos objectos das pessoas, e que, destas pessoas, discrimine os familiares dos estranhos. A relação com o outro irá fornecer um terreno privilegiado para aprendizagens de características da espécie, isto é, para aprender a reagir humanamente. A mãe aparecerá, assim, como o objecto por excelência, uma vez que é o mais familiar, mas mais que objecto, ela estabelece um tipo de interacção particular com o bebé.

Conceber a vinculação como um processo interactivo implica estudar o sistema de con-

ducta do bebé e o da mãe, e a estreita articulação entre eles. Como veremos, se um sistema de interacção se revela inadequado, os sujeitos podem procurar outro mais eficaz. Isto pode lançar alguma luz sobre as variações nas formas de *attachement*, quer do mesmo sujeito, quer de sujeitos diferentes.

A — Organização do comportamento da criança

Acreditou-se, durante bastante tempo, que o bebé, nas primeiras semanas de vida, não tinha capacidade para receber e processar a informação ao nível dos órgãos dos sentidos — o que, associado à sua falta de capacidade para se movimentar e assegurar as necessidades básicas, reforçava a concepção de que o bebé não faria mais do que comer e dormir.

Pensava-se também que um importante factor no desenvolvimento seria a regularidade das suas experiências, proporcionadas principalmente pelos pais, o que teria um efeito «ordenador» no cérebro do bebé.

No entanto, como alguns investigadores têm salientado, o recém-nascido tem aptidões verdadeiramente notáveis, quer do ponto de vista da organização, quer do ponto de vista da regularidade. Basta analisar os sistemas de conduta do comer e do dormir.

1. Como refere Schaffer⁽¹²⁾, Parmelee, ao estudar o sono do bebé, concluiu que muito rapidamente os períodos de sono e vigília se vão concentrando (à noite e de dia), o que mostra que os padrões internos do bebé são influenciados pelas pressões do ambiente.

A alimentação — o «reflexo de sucção» — é considerada uma resposta congénita (*in born*) e, apesar de constituir uma resposta

⁽¹²⁾ Schaffer, R. (1980), *Saber Ser Mãe*, Moraes, Lisboa.

organizada internamente, é altamente complexa, sendo também variável em função do ritmo do fluxo de leite, dimensão, contorno e compressibilidade do mamilo, e do tipo de alimento. Mesmo no primeiro dia, os bebês podem dar respostas diferentes a tipos de alimentação diferentes.

Além disso, a sucção é apenas uma componente do acto completo de alimentação, o qual envolve: o *rooting reflex* (virar a cabeça para o mamilo), abrir a boca, agarrar o mamilo com os lábios, chupar e engolir. Estes vários passos exigem, obviamente, níveis importantes de coordenação e integração, mesmo no recém-nascido.

Parece, assim, que existem dois factores fundamentais para a interacção social do recém-nascido: a sua espontaneidade e a periodicidade — alternância cíclica de estados, organização temporal de condutas — o que permite ao outro antecipar as respostas, constituindo sequências interactivas que, por sua vez, constituirão estruturas mais complexas e flexíveis.

2. Também ao nível do aparelho perceptivo se constata que o bebê não é um ser passivo, que o bebê não é um ser cego e surdo face ao que o rodeia — bem pelo contrário — e, graças ao avanço das possibilidades de investigação, se conclui que o bebê é capaz de construir rapidamente um conjunto de informações acerca do mundo exterior.

- a) As capacidades visuais estão já presentes no nascimento, ainda que de um modo imaturo, mas desenvolver-se-ão rapidamente. Uma característica crucial da percepção é a sua selectividade, que está já presente na primeira semana, como o demonstram os trabalhos de Fantz, Bower e outros. Com capacidade para seguir, fixar o olhar e diferenciar algumas características dos objectos, o recém-nascido manifesta preferência pelas características estimuladoras que o rosto humano pos-

sui. Além disto, o bebê visualiza melhor objectos a uma distância entre 20 e 30 centímetros, distância esta que é a comumente utilizada pela mãe quando alimenta, lava ou acaricia o bebê. Poder-se-á dizer que, quando estão em interacção, a mãe e o bebê estão ambos a ver o que mais lhes agrada.

- b) A nível da conduta auditiva, observou-se também que o bebê é capaz de responder a algumas estimulações sonoras nos últimos meses de gestação; e que, durante a primeira semana de vida, pode discriminar a altura e intensidade dos sons. Verifica-se também, como John Hutt demonstra⁽¹³⁾, que o bebê manifesta uma preferência pelos sons emitidos pelas pessoas, e muito particularmente pela voz humana.

Podemos, assim, concluir que o comportamento do bebê é ordenado, organizado, e possui características extremamente importantes para a interacção social: espontaneidade, periodicidade, selectividade.

3. Mas a criança não é apenas um ser que procura e processa estímulos sociais, dispõe também de um sistema de sinais que actuam de forma a assegurar a proximidade e interacção com membros da espécie — são eles, fundamentalmente, o choro e o sorriso.

- a) O choro é uma conduta altamente organizada desde o nascimento. Wolf (1968) distingue, no período neonatal, três tipos diferentes de choro:

— Padrão básico, ligado a factores como a fome, começa arritmico, de baixa intensidade, tornando-se cada vez mais forte e mais ritmado.

⁽¹³⁾ Schaffer, R. (1971), *The Growth of Sociability*, Penguin Books, Londres.

— Choro de zanga, caracterizado pelas mesmas sequências temporais que o padrão básico.

— Choro de sofrimento, constituído por um grito prolongado a que se segue um longo período de silêncio.

A estes tipos de choro correspondem secções diferenciadas da mãe, a qual, com a sua aproximação ou contacto, o reduz de uma forma significativa.

b) O *sorriso*, ao contrário do choro, não aparece no bebé desde o nascimento. Trata-se de uma resposta claramente social, que tem como função favorecer a interacção lúdica e reforçar a mãe na sua função.

Durante as duas primeiras semanas, podem ver-se sorrisos durante o sono R. E. M. S. ou durante o período de sonolência. Este tipo de sorriso designa-se por «sorriso reflexo».

Mas, entre as seis semanas e os três meses, o sorriso começa a ser solicitado por acontecimentos externos, tornando-se social, para ir evoluindo até constituir uma conduta claramente selectiva (discriminando conhecidos e estranhos).

O choro e o sorriso são sinais que se completam, verificando-se que, habitualmente, o primeiro vai dando lugar ao segundo.

B — Sistemas de condutas da mãe

É óbvio que à mãe cabe a responsabilidade de assegurar que a experiência social do bebé se estruture adequadamente. Assim, a mãe põe em acção um sistema de condutas, respondendo de forma adequada às do bebé. As condutas da mãe são marcadas por algumas características, extremamente importantes para a relação:

— tendência para estabelecer um contacto directo — acariciar repetidamente o bebé, apertá-lo junto a si, abraçá-lo, etc.;

— tendência para não funcionalizar a satisfação das necessidades biológicas primárias, mas para as enquadrar num

intercâmbio mais global, através de carícias, palavras e ternura;

— a mãe tem uma conduta visual especial para com o bebé, como é referido por D. Stern⁽¹⁴⁾: olha o bebé durante aproximadamente 70 % do tempo que dedica a amamentá-lo; mantém um olhar fixo nos olhos do bebé, rompendo com o formalismo social, e colocando-se, a maior parte das vezes em que interage com ele, à distância perceptiva ideal; segue o olhar do bebé, observando os objectos que lhe atraem a atenção, orientando o olhar do bebé para novos objectos, emitindo comentários.

Como também refere Stern, em todas as experiências visuais há intercâmbio e encontro mútuo;

— a mãe rompe continuamente a distância que os adultos mantêm numa situação de frente a frente (50-70 centímetros), além de também procurar constantemente o olhar de olhos nos olhos;

— também ao nível da linguagem, quer gestual, quer verbal, a mãe manifesta uma conduta particular. Recorre aos gestos com muito mais frequência, executando-os de forma mais acentuada e lenta, o que facilitará uma melhor percepção por parte do bebé.

A linguagem verbal caracteriza-se pela sua simplicidade e redundância, com muitas e longas pausas; a sintaxe é extremamente simples, usando tons de falsete que não existem no seu idioma, construindo assim um sistema mais sensível e carregado de afecto. Como se pode ver, há, entre o bebé e a mãe, um intercâmbio verbal sincronizado.

⁽¹⁴⁾ D. Stern (1979), *Bebé-Mãe: Primeira Relação Humana*, Moraes, Lisboa.

Mediante estas condutas, a mãe é capaz de adaptar não só os conteúdos, mas também as formas de comportamento, de modo a assegurar uma inter-relação com o bebé. A *sensibilidade* da mãe é uma característica que sobressai das suas relações com o bebé, permitindo respostas prontas e antecipação às condutas da criança, de tal modo que as condutas de um influenciam as condutas do outro e vice-versa.

Uma questão importante é a de saber se este intercâmbio é uma entidade que permanece constante ao longo do tempo e em diferentes situações, ou se, pelo contrário, se desenvolve através de uma construção em que estão implicados os dois actores — o bebé e a mãe.

C — Evolução e natureza da vinculação afectiva

O caminho até à vinculação é marcado por várias fases, e, apesar de haver ainda lacunas no conhecimento dos processos em jogo, podemos anotar etapas de desenvolvimento e construção desta relação:

1. O bebé orienta-se, procura e usa sinais sociais, não discriminando, contudo, quem interage com ele. Alguns autores consideram que este período duraria até ao terceiro mês; este marco é, contudo, problemático, até porque esta fase se articula com a seguinte.
2. O bebé interage de forma privilegiada com a mãe, mas não rejeita desconhecidos. Este quadro não é susceptível de ser descrito com toda a clareza, não se podendo dizer com exactidão quando é que as crianças começam a discriminar a mãe. Como refere Schaffer⁽¹⁵⁾, a escolha de indicadores desta característica põe alguns problemas e varia de autor para autor — o que

leva à determinação de idades diferentes para o aparecimento da discriminação da mãe.

Yarrow⁽¹⁶⁾ considerou, em 1967, várias respostas como indicadores desta discriminação, tais como: mudanças de actividade, mudanças na aproximação e afastamento, na expressão facial, na vocalização, e, numa amostra de 100 crianças, concluiu que, no fim do 1.º mês, 38 % das crianças mostravam graus de variação nos afectos positivos e movimentos de aproximação da mãe; aos 3 meses, 81 % mostravam sinais definitivos de reconhecimento da mãe; e, aos 5 meses, estes tipos de respostas estavam definitivamente adquiridos por todas as crianças.

Ainsworth, num outro estudo citado por Schaffer⁽¹⁷⁾, tomou como padrão o sorriso, e, num estudo em África, encontrou esta discriminação ao completarem-se as 10 semanas.

De qualquer modo, este comportamento — que exige uma aprendizagem perceptual envolvendo processos de representação — ocorre bastante cedo. O bebé vai preferindo gradualmente a mãe, reagindo diferenciadamente a estranhos. E assim se passa à terceira fase.

3. O bebé interage de forma privilegiada com a mãe, rejeitando desconhecidos. Aproximadamente entre o 6.º e o 8.º mês, as crianças elegem as figuras de *attachement*, procurando a sua proximidade, contacto, etc.

Este comportamento foi designado por Spitz como «medo dos desconhecidos», e interpretado como angústia de separação, em que a criança manifestaria rejeição dos desconhecidos, não por serem desconhecidos, mas por

⁽¹⁵⁾ Schaffer, R. (1971), *The Growth of Sociability*, Penguin Books, Londres.

⁽¹⁶⁾ *Idem.*

⁽¹⁷⁾ *Idem.*

não serem quem ela esperava. Contudo, Bowlby demonstrou que esta interpretação era incorrecta, por várias razões: estes comportamentos podiam ocorrer na presença da mãe; a angústia de separação e medo dos desconhecidos são fenómenos distintos; o desconhecido só provoca esta reacção neste período. As explicações para estes factos não estão ainda completamente esclarecidas, mas é possível pensar que, no início, todas as pessoas eram tratadas indiscriminadamente, como se todos os seres humanos tivessem as mesmas características, às quais a criança responderia de igual maneira. Mais tarde, e como resultado da experiência, os adultos seriam tratados em função de dimensões como a familiaridade ou a novidade, e alvo de respostas diferenciadas.

Mas estas capacidades remetem para a noção de representações centrais, uma vez que a criança reconhece a mãe, a qual não lhe aparecerá sempre da mesma maneira — umas vezes mais perto, outras mais afastada, com roupas diferentes, umas vezes de frente, outras de perfil, proporcionando assim à criança a percepção das características que a distinguem das outras pessoas. Para o bebé fazer isto necessita de dispor de uma capacidade considerável ao nível da constância perceptiva.

O desenvolvimento destas duas vertentes — respostas positivas a pessoas familiares e o evitar de estranhos — assinala o início da primeira relação social, em que as pessoas não são já intermutáveis, em que a mãe se tornou num objecto interiorizado e que pode ser lembrado no tempo, independentemente da sua presença.

Esta vinculação afectiva manifesta-se através de um conjunto de características que, embora difiram de autor para autor (p. ex., as de Bowlby já descritas; ou as de Mary Ainsworth, que encontrou dezasseis catego-

rias), se podem fundamentalmente designar por: busca de proximidade, preferência por figuras de ligação, preferência por estas figuras em momentos de aflicção, base de apoio nas condutas exploratórias, apoio para exploração de um ambiente desconhecido.

Após este apanhado geral, é possível ver com mais clareza a natureza social dos comportamentos de vinculação. Assim, a sua explicação pode ser enquadrada no desenvolvimento social da criança.

Uma outra questão interessante é a que diz respeito à variedade das condutas de vinculação, quer na mesma criança, quer em crianças diferentes. Será que a criança estabelece uma relação principal e todas as outras são dependentes dessa?

Esta posição foi a dominante durante bastante tempo. No entanto, é hoje posta em causa num trabalho de Schaffer e Emerson⁽¹⁸⁾. Estes mostraram que a maioria das crianças, na sua amostra, formavam as vinculações iniciais com uma só pessoa; contudo, 29 % delas formavam vinculações iniciais com várias pessoas. Assim, o conceito de monotropia, de Bowlby — afirmando que a criança tem uma tendência inerente para se ligar inicialmente a uma só pessoa, e que esta relação seria qualitativa e quantitativamente diferente das outras — era baseado em factos não observáveis.

Do referido estudo de Schaffer e Emerson se pode concluir que, muito rapidamente, o bebé se liga a outras pessoas, isto é, estabelece novas vinculações: aos 3 meses, 41 % tinham uma única figura de *attachement*, enquanto, aos 18 meses, já só 13 % tinham uma única figura. Com 1 mês, o pai era já também uma figura de vinculação em 27 % das crianças, para, aos 18 meses, esta percentagem passar para 75 %.

Uma questão que se prende com a escolha das figuras de vinculação é a de saber

(18) Schaffer, R. (1971), *The Growth of Sociability*, Penguin Books, Londres.

o que é que determina a preferência por umas pessoas em detrimento de outras.

Uma concepção, que esteve em voga, considerava a quantidade de cuidados dispensados como o factor mais responsável pela preferência. No entanto, segundo Schaffer, o mais importante não será a quantidade mas a qualidade. Por outras palavras, será a *responsividade* aos sinais da criança e a quantidade de interacções que *o adulto espontaneamente inicia com a criança*. Assim, a interacção e a «não burocratização» das relações (o que permite a estas serem mais flexíveis) são as características mais importantes na formação dessas mesmas relações.

D — Inter-relação bebé-mãe

A criança está, pois, pré-adaptada a uma relação social, mas dizer isto não significa que se minimize o papel da interacção, como se tudo existisse já na criança. Por outro lado, também não seria correcto conceber a mãe apenas como uma pessoa que se limitasse a seleccionar adequadamente a estimulação ambiental⁽¹⁹⁾ de que o bebé precisa para o seu desenvolvimento.

As relações (*relationships*) e o desenvolvimento em geral assentam, pois, numa relação interactiva. Apesar de a mãe, no princípio, ser responsável por esta interacção — através do saber como e quando responder à criança (características essenciais à manutenção) — a chave própria desta relação é a *reciprocidade*.

A tarefa da mãe não é criar algo a partir do nada, mas enquadrar as suas respostas na corrente contínua do comportamento infantil, respeitando as suas características temporais e de conteúdo, para conseguir uma interacção fluida e um resultado previsível que, gradualmente, comece a ser claro também para o bebé. Desta forma,

o bebé adquirirá o conceito de diálogo envolvendo duas características fundamentais: a reciprocidade e a intencionalidade.

Através deste diálogo, a criança verá que aquilo que faz irá produzir um efeito nos outros. Emitirá, assim, sinais intencionais na expectativa de que eles venham a ter uma resposta. Este diálogo é possível porque, por um lado, o comportamento infantil tem uma sequência definida; por outro lado, como evidenciou Daniel Stern⁽²⁰⁾ a estimulação fornecida é também apresentada de uma forma ordenada, e que poderia ser descrita com base em três tipos de unidades:

1. Uma elocução simples ou um movimento que demora geralmente menos de 1 segundo;
2. Um fluxo formado por uma série de frases, organizadas (relativamente ao conteúdo e à duração) em repetições;
3. Um episódio de manutenção da interacção, constituído por uma série de fluxos demorando 1 a 2 minutos, durante os quais a atenção se centra na criança.

Estes dados são da maior importância, pois permitem à criança formar expectativas acerca «do que vem a seguir» e, ao adulto — uma vez que o comportamento do bebé tem sequências definidas — poder antecipar as suas acções, construindo assim um diálogo rico e durável, que se vai desenvolvendo progressivamente, devido às mudanças dos parceiros em acção.

Mas em que terreno é que esta relação frutificará? Para tentar responder a esta questão, vamos referir-nos ao «amor», apesar de este ser um fenómeno ainda não investigado de uma forma sistemática.

O que é o amor da mãe? Como se manifesta? Como evolui? — será que os pais têm sempre o mesmo amor pelo filho? Estas são, entre outras, questões que parecem per-

⁽¹⁹⁾ Não consideramos aqui a discussão (importante) do que é a estimulação.

⁽²⁰⁾ Stern, D. (1979), *Bebé-Mãe: Primeira Relação Humana*, Moraes, Lisboa.

tinentes, e para as quais não há respostas consistentes.

Poderemos, no entanto, dizer que o amor constitui um envolvimento emocional com outra pessoa, em que o outro é importante pelo que é; o sujeito é sensível ao outro enquanto objecto do seu amor.

Este terreno parece, assim, constituir um terreno privilegiado para a construção e desenvolvimento de um diálogo através do qual se edifica uma relação.

Ora o nascimento de um bebé é, indiscutivelmente, um acontecimento importante e, sobretudo para os pais, uma experiência emocional — a qual pode ser extremamente rica para uns e desgastante para outros, não os deixando nunca indiferentes.

Uma concepção antiga — e que hoje ainda permanece, apesar dos disfarces — afirma que o amor pelo filho é anterior ao nascimento deste. Tal será possível ao nível das representações dos pais, mas o que também é certo é que esse amor se constrói na relação entre os pais (*parents*) e o filho.

Este diálogo, marcado pela reciprocidade, e uma vez que a criança é amada, cria nela própria uma sensibilidade cada vez maior ao outro, isto é, amor retribuindo assim este sentimento e podendo mais tarde transferi-lo para outras pessoas, e ganhando assim confiança na reciprocidade das relações com os outros.

O *attachement* pode, deste modo, ser concebido como um laço afectivo entre o bebé e a pessoa que lhe dispensa as atenções (*caretaker*), que age flexivelmente em termos de objectivos, influenciados pelos sentimentos e em interacção com outros sistemas de conduta.

IV. PRIVAÇÃO MATERNA ⁽²¹⁾

Abordámos, até agora, a vinculação única e exclusivamente do ponto de vista da sua

⁽²¹⁾ Este conceito corresponde, genericamente, ao de *Maternal-Deprivation* nos trabalhos anglo-

concepção e formação; abordaremos agora a outra vertente: a ausência desta relação ou a sua distorção, e os seus efeitos na criança.

Em 1951, Bowlby concluía que o amor materno era tão importante para a saúde mental como as vitaminas e as proteínas para a saúde física. Em contraste com esta posição, Cabler (1968) concluía que o organismo humano não precisava de amor materno para funcionar normalmente. Ainda mais recentemente, em 1969, Bowlby evidenciava que os indivíduos com desordens psiquiátricas mostravam enorme dificuldade na sua capacidade relacional (de estabelecer ligações) e sugeria que talvez se tratasse de uma perturbação na ligação infantil a produzir tal desordem. Para outros ainda, o facto de haver uma maior ou menor quantidade de estimulação sensorial traria modificações no sistema nervoso (Hebb).

Podemos ver, através destas concepções, que, também nesta matéria, a controvérsia é grande — o que, de resto, é perfeitamente compreensível, uma vez que as consequências estarão largamente dependentes dos diferentes modos de conceber a vinculação.

Assim, o termo «privação materna» — conceito introduzido por Spitz (1946), Bowlby (1951) e Goldfarb (1955) — é polémico, pois designa coisas diferentes consoante os autores.

Mary Ainsworth, num trabalho sobre este assunto (realizado em 1961 para a Organização Mundial de Saúde), afirma que se evitaria uma série de mal-entendidos e controvérsias se se tomasse consciência de que o termo «privação materna» abarca factos de gravidade variável, e se se tivesse em conta a existência de diversas estratégias de investigação sobre a mesma matéria.

Tendo em conta o que atrás vimos sobre as várias concepções do desenvolvimento,

saxónicos, e ao de «carência afectiva» ou de «carência de cuidados maternos» nos trabalhos franceses.

e, em particular, da vinculação, podemos dizer que:

1. Os adeptos das teorias da aprendizagem não atribuem efeitos graves e irreversíveis apenas à situação de privação. É neste contexto que A. Clarke diz que «as primeiras aprendizagens, em si próprias, não têm mais consequências do que as realizadas em qualquer outro estágio do desenvolvimento — as quais só provocarão efeitos a longo prazo se forem reforçadas no decurso dos anos seguintes»⁽²²⁾.
2. Para os adeptos da teoria psicanalítica, as experiências precoces são extremamente importantes e determinantes, uma vez que fazem intervir determinados processos dinâmicos que tendem a persistir, apesar das modificações do ambiente.
A reversibilidade dessas experiências dependeria, assim, mais da possibilidade ou não de romper com esses processos defensivos, do que de uma modificação do ambiente.
3. Segundo a perspectiva etológica, as primeiras experiências seriam determinantes e irreversíveis, o que remeteria para a noção de «período sensível» — se as primeiras experiências não ocorrerem no devido tempo, todo o processo estará comprometido, ainda que mais tarde elas se possam vir a estabelecer⁽²³⁾.
4. Para Bowlby há também um período sensível, entre o começo da vinculação e os 4-5 anos, para o desenvolvimento das capacidades individuais de constituir relações. Estas relações são duma importância vital, como já

foi referido, para o desenvolvimento do indivíduo.

As primeiras experiências são, para Bowlby, muito importantes, pois delas depende o investimento em novas relações. Consoante a natureza destas experiências, assim os efeitos a longo prazo serão diversos. Constatou, a este propósito, que, p. ex., a delinquência e as perturbações psicopatológicas estão associadas a múltiplas experiências de separação.

No entanto, as relações, mais ou menos mecânicas, entre experiências precoces e consequências a longo prazo são hoje, por várias razões, postas em causa:

- a) Tais estudos são habitualmente efectuados em instituições onde se verificam constantes mudanças no *staff*, o que dificulta a formação de vinculações duráveis — ao passo que, nas famílias, é diferente, o que põe problemas quanto à generalização dos resultados.
- b) No trabalho de B. Tizard, citado por Schaffer⁽²⁴⁾, com crianças que foram criadas em instituições e posteriormente adoptadas, não se encontraram indícios concludentes no sentido proposto por Bowlby.
- c) Verifica-se que os efeitos da privação materna não são os mesmos para todas as crianças que a experimentam.
- d) Finalmente, a concepção interacionista veio trazer uma nova luz nesta matéria. Se a vinculação é enquadrada no contexto do desenvolvimento social do bebé, é fundamentalmente a relação com o outro que deve ser analisada.

⁽²²⁾ Schaffer, R. (1980), *Mothering*, Fontana, Glasgow.

⁽²³⁾ Pelo artigo de Martin Richards, «O Mito da Ligação» (neste número), se pode ver como esta concepção fez alterar as políticas hospitalares relativamente ao parto.

⁽²⁴⁾ McGurck (1978), «The Role of the Mother In Early Social Development», in *Issues in Childhood Social Development*, Methuen, Londres.

Esta perspectiva centrada na relação com o outro permite distinguir várias experiências tradicionalmente designadas por «privação materna», bem como estudar os seus efeitos, quer a curto, quer a longo prazo. Permite ainda avançar para um estudo destas experiências não como factos isolados, mas articuladas com a vida dos «actores» na sua globalidade. Assim, mais do que verificar se as crianças são ou não separadas das mães, interessa estudar quando e como ocorreram essas separações.

A — Diferentes experiências de «privação materna»

Encontram-se, sob esta designação, experiências algo diversas — a separação e a privação. Mas ainda dentro de cada uma delas, as condições objectivas da sua ocorrência podem ser diferentes, o que certamente implicará diferentes consequências.

a) Tratemos, em primeiro lugar, a separação. Esta implica uma descontinuidade da relação com a figura materna, independentemente de haver uma quebra na ligação.

Podemos, assim, distinguir entre separações de curto prazo — em que não se chegará a uma quebra do laço afectivo — e separações permanentes — em que se chega a uma fase de desvinculação.

Em relação a esta última, verifica-se que as crianças reagem diferenciadamente à morte de um dos pais ou a um divórcio, e, mesmo neste caso, as reacções das crianças não são uniformes, dependendo de vários factores, tais como a vivência da situação, o estágio de desenvolvimento e o sexo da criança⁽²⁵⁾.

Estes aspectos vêm realçar o facto de a severidade da separação depender, sobretudo, da maneira como ela ocorre. Se a separação é vivida como dramática, se a

criança fica privada de qualquer figura à qual estivesse ligada, é provável que a separação deixe marcas. Se, pelo contrário, a separação se dá sem dramas, se a criança fica com outras figuras de vinculação, é provável que ultrapasse a situação sem grandes problemas.

b) Pode dar-se, no entanto, um outro caso, extremamente vulgar nos nossos dias, pelas mais diversas razões: a privação⁽²⁶⁾ ou distorção das relações de vinculação. O que se passa então é uma quebra (ou, pelo menos, uma insuficiência quantitativa) das relações, independentemente da presença ou ausência da figura materna. Isto acontece — quando, por exemplo, a criança vê que tudo aquilo que ela diz ou faz é indiferente para os outros, ou acarreta mesmo uma punição.

Muitos psicoterapeutas estão convencidos de que este aspecto está ligado a problemas emocionais futuros, como depressão, falta de esperança, impulsos suicidas, etc.

Analisando, assim, estas diferentes situações, podemos examinar os seus efeitos, quer a curto prazo — respostas imediatas à experiência de privação e comportamento exibido durante os subsequentes — quer, a longo prazo — efeitos observáveis alguns anos após uma experiência de privação ou separação.

B — Efeitos a curto prazo

Se os efeitos a curto prazo podem ser estudados com clareza, já o seu significado clínico, bem como os mecanismos psicológicos em jogo, são bastante controversos.

No entanto, numa experiência de separação com crianças entre 1 e 3 anos de idade, a vivência desta separação desenrolou-se segundo três fases (devendo, no entanto, assinalar-se que elas não se verificaram em todas as crianças):

⁽²⁵⁾ Hetherington, E. Mavis, «El Divórcio por los Hijos», in *Infancia e Aprendizaje*, 18 (2): 53-64.

⁽²⁶⁾ *Deprivation* em inglês.

1. Um período de protesto — em que a criança manifesta desgosto, chama pela mãe e recusa-se a ser tratada por outras pessoas.
2. Um período de desespero — durante o qual a criança se torna quieta e apática, não se relacionando com os outros, manifestando desinteresse pelos jogos.
3. Um período de desinteresse (desvinculação) — em que a criança, à primeira vista, parece ter ultrapassado a questão. Volta a brincar com os outros e responde-lhes. Verifica-se, no entanto, que a «ultrapassagem da questão» é relativa. Quando a mãe volta, ela reage de uma forma diferenciada relativamente aos outros adultos: ignora-a, olha-a como se não a visse e não lhe responde. Esta situação demora um tempo variável, para dar lugar, depois, a uma ligação ansiosa.

C — Consequências a longo prazo

Bowlby evidenciou que delinquência e afecções patológicas estão associadas a múltiplas experiências de separação. Encontra-se também uma certa relação entre privação materna e depressão em adultos.

Por outro lado, as desordens na conduta, na personalidade, na linguagem, na cognição e no crescimento físico parecem encontrar-se associadas a crianças de famílias com graves perturbações no seu seio, o que também pode ser entendido ou relacionado com o conceito de «privação materna».

No entanto, como indica Michael Rutter⁽²⁷⁾, encontram-se deficiências metodológicas em estudos que apontam para graves efeitos na personalidade e no desenvolvimento intelectual devido a «privação materna».

⁽²⁷⁾ Rutter, M. (1981), *Maternal Deprivation Reassessed*, Penguin, Londres.

É, pois, difícil fazer hoje afirmações rigorosas acerca das relações entre privação materna e consequências a longo prazo.

A propósito de a designação de «privação materna» ser usada em situações com características variáveis e mal definidas, Michael Rutter afirma⁽²⁸⁾: se este conceito «tem uma utilidade, chamando a atenção para falhas graves de cuidados maternos que terão consequências graves, é também evidente que se trata de uma «salada» com efeitos muito variados, para que tenha ainda utilidade. Desempenhou o seu papel e deve, agora, ser abandonado.»

Se é certo que «maus» cuidados produzem «maus efeitos», é, então, importante, precisar o que são os «maus» cuidados e analisar separadamente os seus efeitos, esclarecendo por que diferentes crianças dão diferentes respostas a situações idênticas e outras dão respostas idênticas a situações diferentes.

Uma das vertentes que faltará esclarecer nesta matéria respeita aos valores em que as pessoas acreditam. Até que ponto as perturbações na ligação criança-mãe não serão devidas à realização de autopredições? Isto é: uma mãe que acredita que a separação tem consequências na relação com o filho após a separação — por acreditar nisso — poderá estabelecer uma relação distorcida com a criança, aparecendo problemas depois, a confirmarem as suas expectativas.

Trata-se de um aspecto ainda mal esclarecido, mas que não deixa de ser pertinente, uma vez que todo o comportamento social é mediado por expectativas de parte a parte.

Se uma das características do ser humano é a sua plasticidade de comportamento, e o poder de adaptação a novas situações, é duvidoso que o seu futuro se jogue na sua primeira relação com os outros.

É, assim, necessário libertar os pais das crenças (tão espalhadas quanto socialmente

⁽²⁸⁾ Rutter, M. (1981), *Maternal Deprivation Reassessed*, Penguin Books, Londres.

úteis) de que o futuro se joga, em termos definitivos, extremamente cedo — para que, quer pais, quer filhos, possam tirar o prazer e o gosto de uma relação tão importante, afinal, para ambos.

BIBLIOGRAFIA

- AINSWORTH, Mary. «Relações objectais. Dependência e vinculação: Uma análise teórica das relações da criança com a mãe», in *Ligações Infantis*, Liv. Bertrand, Lisboa, 1976, 155-224.
- BOWLBY, John (1981). *Attachement and Loss*, vols. I, II, III, Penguin Books, Middlesex.
- BOWLBY, John (1979). *The Making and Breaking of Affectional Bonds*, Tavistock Publications, Middlesex.
- LANNOY, Jacques (1973). «Nature et fonction de l'attachement (Discussion de la conception de Bowlby)» in *La psychiatrie de l'enfant*, vol. XVI, fasc. 1, 251-268.
- LOPEZ, Felix (1981). «Los Origenes de la Socialización: La Vinculacion Afectiva» in *Infancia y Aprendizaje*, 15 (3): 7-18.
- McGURK, (1978). «The Role of the Mother in Early Social Development» in *Issues in Childhood Social Development*, Methuen, Londres.
- PARKE, Ross D., POWER, THOMAS G. et al (1981). «El papel del padre en el sistema familiar», in *Infancia y Aprendizaje*, 15 (3): 39-51.
- RICHARDS, Martin (1980). «The Myth of Bonding» in *Análise Psicológica*, neste número.
- RICHARDS, Martin (1980). *Infancy: World of the Newborn*, Multimedia Publications, Londres.
- RUTTER, Michael (1981). *Maternal Deprivation Reassessed*, Penguin Books, Londres.
- STERN, Daniel (1979). *Bebé-Mãe: Primeira Relação Humana*, Moraes Editores, Lisboa.
- WALLON, Henri (1959). «Les Etapes de la Sociabilité chez l'enfant», in *Enfance*, Maio-Outubro.
- WRIGHT, Dereck (...). «Attachement», artigo não publicado.



INSTITUTO SUPERIOR DE PSICOLOGIA APLICADA

TORNE-SE LEITOR DA BIBLIOTECA DO ISPA

(Rua Jardim do Tabaco, n.º 44, 1100 Lisboa, Telef. 86 09 54)

Últimas publicações periódicas recebidas:

BULLETIN DE PSYCHOLOGIE

Vol. 36 — N.º 16-17, 361 — Jul./Aout 1983

CHILD DEVELOPMENT

Vol. 53 — N.º 3 — June 1982

CHILD DEVELOPMENT

Vol. 54 — N.º 1 — Feb. 1983

COGNITION

Vol. 13 — N.º 3 — May 1983

DEVELOPMENTAL PSYCHOLOGY

Vol. 19 — N.º 4 — July 1983

EDUCATIONAL PSYCHOLOGY

Vol. 3 — N.º 2 — 1983

EUROPEAN JOURNAL OF SOCIAL PSYCHOLOGY

Vol. 13 — N.º 3 — Jul./Sept. 1983

JOURNAL OF ABNORMAL PSYCHOLOGY

Vol. 92 — N.º 2 — May 1983

JOURNAL OF EDUCATIONAL PSYCHOLOGY

Vol. 75 — N.º 3 — June 1983

JOURNAL OF OCCUPATIONAL BEHAVIOR

Vol. 4 — N.º 3 — July 1983

JOURNAL OF PERSONALITY AND SOCIAL PSYCHOLOGY

Vol. 45 — N.º 1 — July 1983

MONOGRAPHS OF THE SOC. FOR RESEARCH

IN CHILD DEVELOPMENT

Vol. 47 — N.º 4 — 1982

PSYCHOLOGICAL ABSTRACTS

Vol. 70 — N.º 1 — July 1983

REVUE INT. DU TRAVAIL

Vol. 122 — N.º 4 — 1983

SOCIOLOGIE DU TRAVAIL

3/1983 — Jul./Août/Sept.

Horário:

Das 10.30 às 13.00 horas

Das 16.30 às 20.30 horas

CONTRIBUA PARA TRANSFORMAR A BIBLIOTECA DO ISPA NUM CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO VIVO E ACTUALIZADO. UTILIZE A INFORMAÇÃO AO SEU DISPOR. ENVIE SUGESTÕES E ESTEJA ATENTO AS NOSSAS PROPÓSTAS